

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA GRANDE FLORIANÓPOLIS: ALGUNS APONTAMENTOS HISTÓRICOS E ESTATÍSTICOS

Luís Felipe Aires Magalhães¹⁶

Vitor Hugo Tonin¹⁷

Resumo: A mesorregião da Grande Florianópolis expressa um conjunto de contradições econômicas, sociais e demográficas vigentes de um modo geral em todo o Estado de Santa Catarina. Nas últimas décadas, processos de desintegração de complexos produtivos importantes nas regiões Sul e Oeste Catarinense alteraram não apenas a distribuição do valor no Estado como de sua própria população no espaço. Assim, processa-se uma concentração populacional nas cidades litorâneas de Santa Catarina, *pari passu* um esvaziamento nas mesorregiões citadas, bem como na Serrana. Além destas migrações internas, contribui para o crescimento das cidades litorâneas, particularmente aquelas que compõem a Mesorregião da Grande Florianópolis, migrações interestaduais e, até mesmo, internacionais. O crescimento populacional via migrações (no município de Florianópolis, 52% dos moradores não é natural da cidade, ao passo que 15% de sua população chegou à cidade somente entre 2005 e 2010) expressa, não apenas processos regionais de expulsão populacional, como também um processo de atração populacional na Grande Florianópolis, centrado na imersão histórica de Florianópolis enquanto uma “cidade-mercadoria”. O conceito de “cidade-mercadoria” será utilizado para ilustrar teoricamente a conversão específica de Florianópolis de espaço para objeto da valorização do capital, por meio de seu sistemático anúncio como cidade turística. Enquanto “cidade-mercadoria”, a Grande Florianópolis passa a articular dinâmicas específicas de atração população com segregação sócioespacial. A principal consequência da combinação destes processos é a elitização da região insular da cidade e o maior crescimento populacional de cidades como Biguaçu, Palhoça e São José, através da mobilidade intra-urbana na Região da Grande Florianópolis. Pretende-se, com este artigo, contribuir ao entendimento das transformações urbanas na região e o conhecimento das especificidades com as quais as suas principais cidades (Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça) relacionam-se com estas transformações.

Palavras-chave: Florianópolis; Urbanização; Segregação.

MIGRATION, DERURALIZATION, URBANIZATION AND VIOLENCE IN SANTA CATARINA STATE

Abstract: The mesoregion of Florianópolis expresses a set of economic, social and demographic contradictions prevailing in general throughout the state of Santa Catarina. In

¹⁶ Doutorando em demografia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Email: lufeaires@gmail.com

¹⁷ Doutorando em desenvolvimento econômico na Universidade Estadual de Campinas UNICAMP. Email: vitorht@gmail.com

recent decades, disintegration processes of production complexes important in the South and West of Santa Catarina changed not only the distribution of value in the State as its own population in space. Thus takes place a population concentration in coastal towns of Santa Catarina, pari passu in an emptying cited mesoregions as well as in the Serrana. Apart from these internal migration contributes to the growth of coastal cities, particularly those that make up the Great Florianópolis, interstate migration and even international. Population growth via migrations (in Florianópolis, 52% of residents are not born in the city, while 15% of its population came to town only between 2005 and 2010) expresses not only regional processes of population expulsion as well as a process population attraction in Florianópolis, focused on historical immersion Florianópolis as a "city-merchandise". The concept of "city-merchandise" will be used to illustrate the theory Florianópolis specific conversion of room for capital appreciation object, through its systematic announcement as a tourist town. While "city-merchandise", the Great Florianópolis pass articulate specific dynamics of attraction population with socio-spatial segregation. The main consequence of the combination of these processes is the gentrification of the island region of the city and the largest population growth of cities like Biguaçu, Palhoça and São José, through intra-urban mobility in the Greater Florianópolis. It is intended, with this article, contribute to the understanding of urban transformations in the region and knowledge of the specifics with which its main cities (Florianópolis, São José, Palhoça and Biguaçu) relate to these transformations.

Key-words: Florianópolis; Urbanization; Segregation.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo faz uma reflexão teórica sobre o processo de segregação sócio-espacial em curso na região da Grande Florianópolis, apontando algumas de suas raízes e suas principais consequências para as condições de vida e de moradia na região. Investigamos este processo à luz do acúmulo histórico de contradições sociais e econômicas no referido espaço urbano, destacando o surgimento e o desenvolvimento de movimentos populares de luta por moradia como a outra face deste mesmo processo.

Buscaremos, ainda, apresentar algumas informações e dados estatísticos que possam confirmar as ideias apresentadas neste artigo, bem como contribuir para o entendimento das transformações urbanas e demográficas que ocorreram nas últimas décadas na região de Florianópolis, apontando especificidades entre os principais municípios desta região (Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu), em termos de dinâmica intra-urbana.

2. ORIGENS HISTÓRICAS DA SEGREGAÇÃO SÓCIOESPACIAL EM FLORIANÓPOLIS

A região da Grande Florianópolis passou por um intenso crescimento urbano nas últimas décadas, impulsionado por processos de expulsão populacional de pequenos agricultores provenientes de outras regiões catarinenses (particularmente das mesorregiões Oeste e Serrana) e outros Estados.

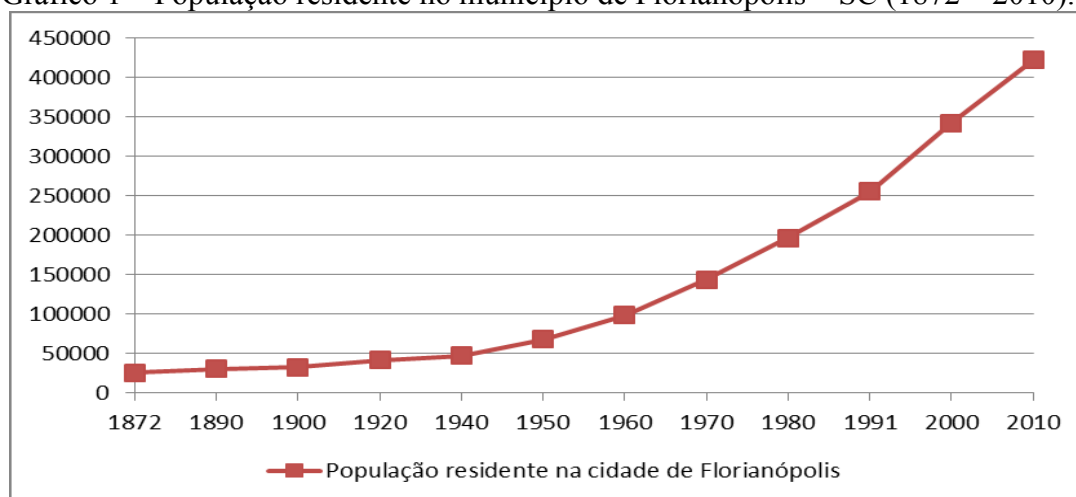
A chamada segregação sócioespacial na Grande Florianópolis não é um fenômeno recente, pelo contrário: trata-se de um processo, atualmente em curso acelerado, vigente na região desde a passagem do século XIX ao século XX, quando da ocupação da região insular da Grande Florianópolis e da pressão para que a população negra deixasse de habitar o centro da cidade. Assim, desde o início do século XX a expansão da ocupação urbana promoveu as primeiras pressões (tanto econômicas como sociais) que removeram a população pobre e negra que habitava o centro da cidade e que passou a fixar-se em áreas de encostas do Maciço Central do Morro da Cruz, num primeiro momento. “Os morros da Mariquinha e do Mocotó foram ocupados por homens e mulheres de baixa renda, sendo que muitos eram ex-escravos que trabalhavam em casas de família na área central de Florianópolis ou no mercado público da cidade” (DANTAS e VENDRAMINI, p. 159, 2011).

Nas décadas seguintes, as ideologias de higienismo urbano (já presentes em outros centros urbanos do país), promoveram a identificação e o posterior afastamento de “classes perigosas”. Escravos libertos e descendentes deles, além de imigrantes pobres, passam a sofrer pressões para sua concentração nas áreas de encostas, liberando o espaço do centro urbano para um projeto elitista de ocupação econômica e social. Nesta nova etapa qualitativa da segregação sócioespacial, o poder público assume responsabilidade importante, seja orientando seus projetos habitacionais populares para regiões afastadas do centro urbano, seja, ainda, por meio da viabilização da ocupação (desorganizada) de áreas precárias, desde que estas estivessem afastadas do centro da cidade.

A ocupação dos morros foi facilitada pelas medidas sanitárias do governo catarinense que desmatou grande parte destas áreas, justificando que a densidade das matas representaria focos de doenças infecciosas. Tal permissividade de ocupação dos morros pelo Estado, que inclusive era proprietário de grande parte destas terras, intencionava a resolução rápida do deslocamento das populações mais pobres para áreas mais escondidas da capital do Estado. Não seria exagero afirmarmos que as políticas públicas em Florianópolis incentivaram a formação de favelas, notadamente a partir da década de 1920 (DANTAS e VENDRAMINI, p. 161-162, 2011).

A população de Florianópolis cresceu à luz destes movimentos externos e internos e do acúmulo destas contradições urbanas. O gráfico 1 permite analisar a evolução desta população nas últimas décadas. Percebe-se, rapidamente, que o crescimento da população residente na cidade de Florianópolis ocorreu de forma mais intensa a partir da segunda metade do século XX.

Gráfico 1 – População residente no município de Florianópolis – SC (1872 – 2010).



Fonte: FIBGE, 2015.

Com este crescimento da ocupação do solo urbano na cidade de Florianópolis, a segregação sócioespacial avança mais uma etapa, particularmente com a opção por um acesso à ilha exclusivamente pela parte central, o que legou às gerações futuras condições precárias de mobilidade, não obstante os sucessivos aterramentos para construções viárias. Reforçando esta contradição, a veiculação de Florianópolis como “cidade-mercadoria” privilegiava os espaços de praia em detrimento do centro da cidade e construía uma narrativa da cidade em que as praias eram as belezas a ser valorizados e a ocupação dos morros, um problema a ser escondido por um véu de prédios em regiões estratégicas da cidade. Pela distância destas praias e o polinucleamento característico da cidade, esta opção indicou um terreno fértil para o modelo de mobilidade particular, sobretudo de automóveis, e abriu uma perspectiva de valorização fundiária de extensas áreas localizadas nos entornos dos acessos viários. A segregação sócioespacial reforça, com isto, os entraves à mobilidade e, conseqüentemente, à apropriação da cidade, por parte daquelas camadas subalternas da população residentes no alto e nas encostas dos morros, em regiões afastadas de mangue e dunas, ou em áreas de risco de um modo geral.

3. A CIDADE-MERCADORIA: FLORIANÓPOLIS COMO ESPAÇO E OBJETO DA VALORIZAÇÃO DO CAPITAL

A constituição de Florianópolis como cidade-mercadoria é expressão de um processo mais geral por que passa o solo urbano nesta e em outras cidades regidas pela urbanização capitalista: a conversão da terra urbana de espaço da produção de valor para objeto da valorização do capital. Este processo assume particularidades no âmbito do capitalismo dependente e promove importantes fissuras horizontais (o projeto elitista de cidade que segrega a população economicamente subalterna) e verticais (a hegemonia da fração especulativa do capital, que se apoderará do espaço urbano e constringerá as possibilidades de desenvolvimento industrial na cidade). Mas este processo também não é um fenômeno recente: no início da década de 1980, revistas de circulação nacional, especialmente a revista *Visão*, promoviam a divulgação de Florianópolis como uma cidade segura e a sua diferenciação de outras capitais brasileiras, especialmente em termos de ausência de violência urbana e abundância de belezas naturais.

A produção desta cidade-mercadoria evoluiu e refinou suas técnicas de propaganda e city-marketing: na construção da narrativa da cidade como uma ilha turística mágica, estas estratégias apropriaram-se, seja para ocultar, seja para deformar, de aspectos culturais locais. A chamada “vocação” turística (REIS, 2012) evocada e publicada nacionalmente depara-se, por sua vez, com uma condição precária de mobilidade urbana e apropriação coletiva do espaço. Esta contradição revela que o turismo em si e a cidade em termos mais gerais possuem seletividades de classe: as belezas naturais são desfrutadas por poucos, a cidade apenas pertence aos que a trafegam em seus automóveis.

A cidade passou progressivamente a ser moldada em duas dimensões interpretadas como as principais: a veicular e a de destino turístico, focando-se em atender o deslocamento eminentemente por automóvel, forjando uma lógica de planejamento como sinônimo de construção, abertura ou melhoria de estradas. Pelas estradas se pretendia chegar aos recursos, particularmente, às praias e localidades do interior da Ilha com paisagens que conquistavam catarinenses e turistas que vinham justamente para ‘desbravar’ esse paraíso cantado no hino de um pedacinho de terra que deixava de ser perdido e se encontrava em busca da inserção numa lógica maior de mercado (MARTINELLO e LENZI, p. 195, 2011).

Disto resulta que o crescimento populacional de Florianópolis, associado à apropriação do espaço pelos grupos econômicos vinculados à especulação imobiliária e ao setor de turismo, se dá em um contexto de segregação sócioespacial, espoliação urbana e

superexploração da força de trabalho. Estes três pontos associam-se entre si e promovem uma alteração na dinâmica urbana da cidade: o crescente processo de periferização não apenas vertical como também horizontal, ou seja, a expansão da ocupação de áreas ainda mais isoladas do centro urbano, nas periferias de São José e de Palhoça, especialmente. Em outras palavras, a segregação sócioespacial rompe os limites insulares; de um processo em curso no município de Florianópolis, torna-se um fenômeno social urbano capaz de organizar a vida e a ocupação do solo mesmo nas cidades mais próximas, que são incorporadas a esta dinâmica de valorização fundiária irradiada desde a ilha.

Tais processos estão diretamente associados à atração populacional exercida pela cidade-mercadoria, ou seja, à “compra” por significativos contingentes populacionais da ideia de que Florianópolis oferecerá condições privilegiadas de vida e de moradia a novos habitantes. Ideia esta que resultará em ilusão para a imensa maioria destes imigrantes. Associa-se, ainda, de forma complementar, a um conjunto de expulsões populacionais em cidades especialmente das mesorregiões Oeste e Serrana, e de estados como Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul. E atrai inclusive populações de estados e regiões mais distantes, como o Norte e o Nordeste, conforme indica a Tabela 1.

Vale ressaltar que este processo se insere em um contexto de consolidação de Santa Catarina enquanto polo de atração populacional regional (em relação aos demais estados da região Sul do país), nacional (em relação aos estados das outras grandes regiões brasileiras) e mesmo internacional (como demonstram tanto fluxos historicamente consolidados de argentinos e uruguaios como os recentes fluxos de haitianos, ganeses e senegaleses, especialmente nas mesorregiões do Vale do Itajaí, do Sul e do Oeste Catarinense. Registre-se que, serem recentes, estes não foram registrados pelo último Censo Demográfico brasileiro, de 2010).

Ainda de acordo com a referida tabela, há significativos incrementos da população residente em Santa Catarina cuja localidade de origem são os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Da região Norte, destaca-se o crescimento do volume de pessoas residentes em Santa Catarina, todavia nascidas no Pará (crescimento de 374,8%) entre os anos de 1991 e 2010. Também a população residente nascida em Rondônia passou por elevado crescimento de seu volume, de 308,15% no mesmo período analisado. Embora seja a grande região com menor população residente em Santa Catarina (12.988 pessoas segundo o Censo Demográfico de

2010), o Norte é a região de origem que obteve os maiores crescimentos nos três intervalos analisados: entre 1991 e 2000, entre 2000 e 2010, e em conjunto, entre 1991 e 2010.

Tabela 1 – População residente em Santa Catarina segundo Estado e grande região de origem (1991 – 2010):

	1991	2000	2010	% 1991-2000	% 2000-2010	% 1991-2010
Total	4542032	5357864	6248436	17,96	16,62	37,57
Região Norte	2550	5534	12988	117,02	134,69	409,33
Rondônia	687	1798	2804	161,72	55,95	308,15
Acre	130	300	529	130,77	76,33	306,92
Amazonas	430	565	1335	31,40	136,28	210,47
Roraima	79	198	2082	150,63	951,52	2535,44
Pará	1111	2405	5275	116,47	119,33	374,80
Amapá	76	66	228	-13,16	245,45	200,00
Tocantins	37	202	736	445,95	264,36	1889,19
Região Nordeste	12803	25615	59273	100,07	131,40	362,96
Maranhão	627	1348	4670	114,99	246,44	644,82
Piauí	565	1199	3804	112,21	217,26	573,27
Ceará	3057	6189	11319	102,45	82,89	270,26
Rio Grande do Norte	891	1654	2980	85,63	80,17	234,46
Paraíba	869	2063	4889	137,40	136,98	462,60
Pernambuco	2466	4607	9693	86,82	110,40	293,07
Alagoas	628	1560	4227	148,41	170,96	573,09
Sergipe	422	744	2142	76,30	187,90	407,58
Bahia	3278	6250	15550	90,67	148,80	374,37
Região Sudeste	55382	94522	147850	70,67	56,42	166,96
Minas Gerais	7749	12310	20118	58,86	63,43	159,62
Espírito Santo	966	1625	2802	68,22	72,43	190,06
Rio de Janeiro	12621	18621	25535	47,54	37,13	102,32
São Paulo	34046	61966	99395	82,01	60,40	191,94
Região Sul	4454629	5205545	5964062	16,86	14,57	33,88
Paraná	172208	278729	411178	61,86	47,52	138,77
Santa Catarina	3989677	4585542	5130746	14,94	11,89	28,60
Rio Grande do Sul	292744	341273	422139	16,58	23,70	44,20
Região Centro-Oeste	7093	13144	24776	85,31	88,50	249,30
Mato Grosso do Sul	1632	4382	9909	168,50	126,13	507,17
Mato Grosso	1692	4070	7997	140,54	96,49	372,64
Goiás	1057	2641	3772	149,86	42,82	256,86
Distrito Federal	846	2051	3098	142,43	51,05	266,19
Brasil sem especificação	1866	946	21864	-49,30	2211,21	1071,70
País estrangeiro	19150	12559	17622	-34,42	40,31	-7,98

Fonte: FIBGE, 2015.

Quanto à região Nordeste, destaca-se o crescimento da população residente em Santa Catarina de origem maranhense e piauiense (crescimentos totais de 644,82% e 573,27%,

respectivamente). É importante destacar, por outro lado, que os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco (respectivamente, primeiro, segundo e terceiro estados da região Nordeste com mais migrantes residentes em Santa Catarina), mesmo possuindo volumes populacionais residentes em Santa Catarina superiores aos demais estados da região Nordeste também obtiveram significativos crescimentos em seu volume, não apenas entre 1991 e 2010, como também entre 2000 e 2010, o que indica a continuidade deste fluxo migratório originado nestes estados rumo a Santa Catarina. O crescimento nos volumes de população residente em Santa Catarina nascida nos estados da região Nordeste indica que esta região continua, pelo menos em relação a Santa Catarina, a constituir-se enquanto fornecedora de força de trabalho, localizada esta em um contexto de produção de uma superpopulação relativa que, não obstante a melhoria dos indicadores sociais e econômicos na região e inclusive a existência de um migração de retorno desde o Sudeste do país, permanece buscando novas e melhores oportunidades de vida em outras regiões do país. Na região Nordeste como um todo e em 7 dos seus 9 estados o crescimento desta participação na população residente em Santa Catarina foi maior entre 2000 e 2010 que entre 1991 e 2000, indicando se tratar de um processo não apenas em curso como em expansão.

No que se refere à região Sudeste, percebe-se a posição de destaque ocupada pelo estado de São Paulo, o qual possui não apenas os maiores volumes da região em termos de migração a Santa Catarina como também o maior crescimento deste volume entre 1991 e 2010. Segundo o Censo Demográfico de 2010, são 99.395 pessoas que vivem em Santa Catarina e que nasceram em São Paulo, volume apenas inferior ao representado pelos estados do Paraná (411.178 paranaenses de nascimento que vivem em Santa Catarina) e do Rio Grande do Sul (422.139 pessoas nascidas no Rio Grande do Sul que, quando da aplicação do questionário do Censo Demográfico de 2010, declararam viver em Santa Catarina).

Da região Centro-Oeste, por fim, percebe-se o grande crescimento do fluxo sul-mato-grossense a Santa Catarina durante este período analisado. De segundo maior contingente em 1991, passa a ser primeiro já em 2000, e consolida sua posição no Censo de 2010. Entre 1991 e 2010, a presença de população nascida em Mato Grosso do Sul e residente em Santa Catarina cresce 507,17%. Assim como nos demais estados desta região, este crescimento se concentra mais no período entre 1991 e 2000 que entre 2000 e 2010.

Tabela 2 – População residente segundo condição de naturalidade em relação ao município e ao Estado de Santa Catarina (2010):

Estado/Município	População residente (Pessoas)	População residente (Percentual)
Santa Catarina	6248436	100
Naturais do município	3398503	54,39
Não naturais do município	2849933	45,61
Naturais da unidade da federação	5130746	82,11
Não naturais da unidade da federação	1117690	17,89
Biguaçu	58206	100
Naturais do município	33540	57,62
Não naturais do município	24666	42,38
Naturais da unidade da federação	50764	87,21
Não naturais da unidade da federação	7442	12,79
Florianópolis	421240	100
Naturais do município	201421	47,82
Não naturais do município	219819	52,18
Naturais da unidade da federação	293262	69,62
Não naturais da unidade da federação	127978	30,38
Palhoça	137334	100
Naturais do município	58608	42,68
Não naturais do município	78726	57,32
Naturais da unidade da federação	118894	86,57
Não naturais da unidade da federação	18440	13,43
São José	209804	100
Naturais do município	81708	38,95
Não naturais do município	128096	61,05
Naturais da unidade da federação	173751	82,82
Não naturais da unidade da federação	36053	17,18

Fonte: FIBGE, 2015.

Pela Tabela 2 nota-se que o município de Florianópolis possui percentuais próximos ao estadual e aos de municípios vizinhos (São José, Palhoça e Biguaçu) em termos de população residente no município que não é natural do município, ou seja, que nasceu em qualquer outro município, inclusive da mesma Unidade da Federação. O percentual de Florianópolis é de 52,18%. Os percentuais das quatro cidades estão localizados entre 42,38% (referente à Biguaçu) e 61,05% (referente à São José). Todavia, quando analisamos os dados referentes à população residente que não é natural da unidade da federação, percebemos uma importante especificidade do município de Florianópolis: a capital possui percentual de sua população que não é nascida no estado de Santa Catarina significativamente superior ao percentual catarinense e dos municípios vizinhos: 30,38%. Adiciona-se a isto que 52,18% da população residente neste município não é natural da cidade de Florianópolis.

O também elevado percentual de pessoas não naturais do município em que residem em São José e Palhoça indica outro fenômeno relacionado ao processo migratório, à especulação imobiliária e à periferização urbana horizontal, qual seja, a intensificação da mobilidade intra-urbana como promotora desta expansão da ocupação das periferias das cidades de São José e Palhoça.

A elevação da renda da terra em Florianópolis provoca crescimento do valor dos aluguéis e encarecimento do preço dos imóveis e terrenos urbanos. Estas transformações são produzidas na amplitude da cidade e adquirem caráter de contradição social e econômica (a remuneração da classe trabalhadora não permite o pagamento destes custos e o atendimento das outras necessidades de reprodução do valor desta força de trabalho) à medida que a fração imobiliária do capital e sua financeirização dominam a economia local. Dizer que o capital especulativo, imobiliário, encontra-se em posição de hegemonia no sistema capitalista significa considerar que esta fração do capital organiza não só as demais frações como também o próprio processo de produção de valor na região, condicionando as esferas governamentais a orientar recursos a seus negócios (seja pela exigência econômica e política de infraestrutura a seus empreendimentos, seja pelas formas ilegais com que grupos empresariais apropriam-se de recursos públicos na história recente da cidade¹⁸).

O chamado “projeto elitista de cidade” é o resultado destas contradições geradas historicamente. Ele atua como verdadeiro fator de “despejo branco” na cidade, pressionando parte da população da cidade a transferir sua residência para os municípios vizinhos. A mobilidade intra-urbana na região dá-se expulsando os setores sociais mais vulneráveis da ilha ao continente, impactando em crescimento demográfico em Florianópolis inferior, nas últimas décadas, à região mais periférica da Grande Florianópolis (Palhoça e Biguaçu), conforme se pode observar na Tabela 3:

¹⁸ A Operação Moeda Verde, por exemplo, foi deflagrada pela Polícia Federal em 2007, para investigar, julgar e prender envolvidos (empresas, funcionários públicos, vereadores e deputados) em esquema de falsificação de laudas ambientais, vendas de licenças ambientais e tráfico de influência para a construção de empreendimentos (residenciais, comerciais e, sobretudo, turísticos) em áreas irregulares, especialmente de mangue.

Tabela 3 – População residente e crescimento demográfico nas principais cidades da Grande Florianópolis (1991 – 2010):

	1991	2000	2010	% 1991 - 2000	% 2000 - 2010	% 1991 – 2010
Santa Catarina	4542048	5357864	6248436	17,96	16,62	37,57
Biguaçu - SC	34063	48077	58206	41,14	21,07	70,88
Florianópolis - SC	255389	342315	421240	34,04	23,06	64,94
Palhoça - SC	68430	102742	137334	50,14	33,67	100,69
São José - SC	139493	173559	209804	24,42	20,88	50,40

Fonte: FIBGE, 2015.

A pressão por que passa esta população para transferir sua residência a espaços mais distantes do centro urbano e diminuir com isto seus gastos com moradia aprofunda um elemento essencial da espoliação urbana: o distanciamento entre o local de residência e o local de trabalho. Segundo a Tabela 4, no ano de 2010, 39,72% do pessoal ocupado em Biguaçu trabalhava em outro município. Este percentual foi de 38,34% em Palhoça e de 35,35% em São José. Em Florianópolis, apenas 6,84% do pessoal ocupado trabalha em outro município.

Este distanciamento entre o local de residência e o local de trabalho adquire proporções dramáticas na medida em que o acesso entre as cidades da Grande Florianópolis passa ou cruza a malha rodoviária federal (BR-101, BR – 282 e BR 283), de modo que à distância espacial entre as cidades adiciona-se ainda o tempo gasto de deslocamento entre a residência e o trabalho em condições de constante tráfego e engarrafamento. Este tempo se dá em função do trabalho e corresponde, por consequência, a uma parcela do tempo de reprodução da classe trabalhadora que não é paga, e que viola, portanto, o valor da força de trabalho. Trata-se de uma modalidade bastante atual embora ainda pouco analisada da superexploração da força de trabalho.

Tabela 4 – Município de residência e município de trabalho do pessoal ocupado nas principais cidades da Grande Florianópolis (2010):

Município	Pessoal ocupado	Pessoal ocupado (%)
Biguaçu	29643	100
Município de residência	17527	59,13
Município de residência - no domicílio de residência	6403	21,6
Município de residência - fora do domicílio de residência	11125	37,53
Outro município	11773	39,72
País estrangeiro	4	0,01
Mais de um município ou país	338	1,14
Florianópolis	229002	100
Município de residência	210461	91,9
Município de residência - no domicílio de residência	39404	17,21
Município de residência - fora do domicílio de residência	171057	74,7
Outro município	15673	6,84
País estrangeiro	161	0,07
Mais de um município ou país	2708	1,18
Palhoça	74774	100
Município de residência	43556	58,25
Município de residência - no domicílio de residência	12598	16,85
Município de residência - fora do domicílio de residência	30958	41,4
Outro município	28666	38,34
País estrangeiro	14	0,02
Mais de um município ou país	2538	3,39
São José	117247	100
Município de residência	73180	62,42
Município de residência - no domicílio de residência	15478	13,2
Município de residência - fora do domicílio de residência	57703	49,21
Outro município	41449	35,35
País estrangeiro	7	0,01
Mais de um município ou país	2610	2,23

Fonte: FIBGE, 2015.

Considerando que a Tabela 5 refere-se ao tempo de deslocamento apenas entre a residência e o local de trabalho, o mais adequado para se pensar em termos de apropriação do tempo de trabalho e de violação do seu valor seria dobramos este tempo, pois desde que sai de sua casa até o momento em que a ela retorna, o trabalhador está envolvido em função da sua jornada diária de trabalho. Assim sendo, percebe-se que a maior parte do pessoal ocupado nestas cidades levam de 12 minutos a uma hora de deslocamento (51,09% em Biguaçu, 57,44% em Florianópolis, 50,74% em Palhoça e 57,06% em São José) e de uma hora a duas horas de deslocamento (34,15% em Biguaçu, 24,76% em Florianópolis, 29,22% em Palhoça e 28,77% em São José). Chama a atenção que quase 10% do pessoal ocupado total de Palhoça

dispende entre mais de duas horas e até quatro horas de deslocamento em função do trabalho, diariamente.

Tabela 5 – Tempo de deslocamento entre o domicílio e o local de trabalho das principais cidades da Grande Florianópolis (2010):

Município	Pessoal ocupado	Pessoal ocupado (%)
Biguaçu	22218	100
Até cinco minutos	1709	7,69
De seis minutos até meia hora	11352	51,09
Mais de meia hora até uma hora	7589	34,15
Mais de uma hora até duas horas	1450	6,53
Mais de duas horas	119	0,54
Florianópolis	180732	100
Até cinco minutos	17422	9,64
De seis minutos até meia hora	103807	57,44
Mais de meia hora até uma hora	44741	24,76
Mais de uma hora até duas horas	13603	7,53
Mais de duas horas	1159	0,64
Palhoça	56781	100
Até cinco minutos	5490	9,67
De seis minutos até meia hora	28812	50,74
Mais de meia hora até uma hora	16592	29,22
Mais de uma hora até duas horas	5538	9,75
Mais de duas horas	350	0,62
São José	96435	100
Até cinco minutos	8094	8,39
De seis minutos até meia hora	55028	57,06
Mais de meia hora até uma hora	27747	28,77
Mais de uma hora até duas horas	5265	5,46
Mais de duas horas	302	0,31

Fonte: FIBGE, 2015.

O local da moradia está no cerne das contradições apontadas até o momento: é sua localização o que condicionará o valor do aluguel, a satisfação das demais necessidades envolvidas na reposição do desgaste da força de trabalho, as possibilidades de aquisição da casa própria, a distância entre a casa e o trabalho e o tanto do valor da força de trabalho que será violado e apropriado no tempo de deslocamento entre a casa e o trabalho. Sob um projeto elitista de cidade em curso, estes elementos têm sido todos depreciados, resultando em uma elevação da espoliação urbana e da superexploração da força de trabalho. De outro lado, as possibilidades de financiamento estatal da moradia própria, sobretudo do Programa Minha Casa Minha Vida, além de não conferirem prioridade às camadas mais subalternas (na

linguagem e metodologia do Programa, as chamadas classes de rendimento de 0 a 3 salários mínimos, a maior parte do déficit habitacional existente) ainda conferem às construtoras o poder de definição da localização dos imóveis. Com isto, mais que resolver, agrava os problemas elencados acima. A produção das contradições urbanas tem sido, então, a produção mesma dos fatores que põem a mobilidade humana (mobilidade nas dimensões internacionais, estaduais e intra-urbanas) a serviço do projeto capitalista de cidade. As lutas por moradia, por transporte público de qualidade, por vias que não privilegiem o transporte privado e por melhores condições de saneamento básico, são, em essência, lutas contra o modelo de cidade vigente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos apresentar as raízes históricas do processo de segregação sócioespacial na região da Grande Florianópolis, desde as pressões para que a população negra abandonasse o centro e ocupasse a área de encosta dos morros da cidade, até a produção organizada da cidade enquanto cidade-mercadoria, que consagra a conversão do solo urbano de espaço de valorização do capital para objeto de valorização do capital, e que contribui à elevação da renda da terra e à segregação sócioespacial.

Dado que esta dinâmica extrapola os limites territoriais da ilha e, ao organizar a acumulação capitalista na cidade de Florianópolis incide decisivamente sobre as cidades próximas, fomos levados a trabalhar ora com a unidade espacial do município, ora com a unidade espacial da mesorregião, dando prioridade nesta às quatro cidades mais populosas: Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu.

Nesta análise, ainda que brevemente, apresentamos dados censitários importantes para o entendimento da realidade social e demográfica na região da Grande Florianópolis. Optamos por aqueles dados que melhor expressam as condições de mobilidade, de origem e de trabalho da população residente nos municípios analisados. Ao fazê-lo, notamos não apenas transformações importantes, como o intenso crescimento populacional de Florianópolis na segunda metade do século XX, como também diferenças entre os municípios que nos dizem muito sobre a posição deles na dinâmica da mobilidade intra-urbana, como os elevados percentuais de pessoas que residem em um município mas trabalham fora dele em Biguaçu, Palhoça e São José e o crescimento demográfico mais acentuado por que passaram Palhoça e Biguaçu nas últimas duas décadas. Vimos, nestas informações, expressões da

concentração populacional na periferia da região da Grande Florianópolis, operacionalizada pelo processo de segregação sócio-espacial.

Consideramos, por fim, que este artigo abre espaço para importantes e necessárias reflexões, de modo a dar conteúdo mais definido ao que chamamos de segregação sócioespacial e o modelo elitista de cidade: reflexões sobre as reações e resistências a estes processos em curso. Pautas reivindicativas de movimentos sociais e organizações populares, como moradia digna, transporte público de qualidade, saneamento básico adequado, preservação do solo urbano e dos espaços públicos de lazer, não devem parecer exógenos à dinâmica urbana. Pelo contrário, são a outra face – a da resistência – do processo de acúmulo das contradições sociais urbanas na Grande Florianópolis desde a passagem do século XIX ao século XX. A análise destas pautas reivindicativas contribuiria ao estudo da cidade, pois iluminaria as estruturas de poder vigentes (como, por exemplo, o histórico das concessões de terras públicas a particulares), assim como as conjunturas de transformação que priorizamos neste artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DANTAS, Jéferson, VENDRAMINI, Célia Cecília. Comunidades dos morros em Florianópolis: ocupação, presença estatal e a constituição do Fórum do Morro da Cruz.

In: DIAS, Vera Lucia Nehls, PET GEOGRAFIA (Orgs.). **Cadernos do Observatório Geográfico da Grande Florianópolis do PET Geografia UDESC**. V. 1, 2011, pp. 151-185.

FIBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2000 e 2010**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010RgaAdAgsn.asp>. Acesso em: jan. 2015.

Florianópolis Travel Coverage. **The New Yor Times**. Disponível em: <http://www.nytimes.com/travel/guides/central-and-south-america/brazil/florianopolis/overview.html>. Acesso em: jan. 2015.

MARTINELLO, André Souza, LENZI, Maria Helena. Florianópolis e as excepcionalidades do não planejar: imagens e política da “capital dos catarinenses”. In:

DIAS, Vera Lucia Nehls, PET GEOGRAFIA (Orgs.). **Cadernos do Observatório Geográfico da Grande Florianópolis do PET Geografia UDESC**. V. 1, 2011, pp. 186-206.

REIS, Almir Francisco. **Ilha de Santa Catarina. Permanências e transformações**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2012.

Artigo recebido em abril de 2015 e aprovado em julho de 2015.